

# JORNAL OPOSIÇÃO

PT / PCdoB / PPS / PSB

## UNIÃO PELA ÉTICA NA POLÍTICA



**O**s oito deputados de oposição - que votaram contra o relaxamento da prisão em flagrante do deputado José Edmar (PMDB) - formaram uma Frente Parlamentar, suprapartidária, pela legalidade e pela ética na política. Os compromissos assumidos no dia da posse como deputados são aqui reafirmados para conhecimento de todos os brasilienses. Transparência, credibilidade e respeito às leis são as armas do político honesto que quer a transformação da sociedade, melhor qualidade de vida para a população e o fortalecimento da democracia. Basta de mentiras!

Dessa forma, querem esses deputados mostrar por que são diferentes na luta por

uma imagem positiva do Poder Legislativo do DF diante da sociedade. É inaceitável que o crime comum seja encoberto pelo sagrado princípio da imunidade parlamentar, restrita à livre manifestação da opinião. Com a soltura do preso José Edmar, ficou comprovado que há deputados sob o comando direto do governador Joaquim Roriz, coniventes com o crime organizado e dispostos a resgatar dívidas não confessadas. Mais uma vez, o Poder Executivo interfere de maneira afrontosa no Legislativo.

Apesar disso, os deputados de oposição não se curvarão diante desta força indigna que ocupa, temporariamente, o Palácio do Buriti e que quer tomar de assalto o Legisla-

tivo. Daqui, resistiremos com apoio do eleitor consciente. Mesmo sendo minoria, a Bancada do PT e os distritais do PSB, PCdoB e PPS vão continuar a luta para eliminar as atitudes nefastas e antidemocráticas que sustentam a falta de ética nessa Casa.

Neste jornal, mostraremos quem são os deputados realmente comprometidos com a ética, a moralidade e o resgate da desgastada imagem do Poder Legislativo local, e aqueles que estão aliados com a impunidade. Nesse sentido, convocamos a população para resistir a esses maus políticos, que envergonham a democracia e jogam no lixo a dignidade do povo do Distrito Federal!

# Operação livra José Edmar da cadeia

CONTROLADOS PELO PALÁCIO DO BURITI, DEPUTADOS GOVERNISTAS APROVARAM RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE NA CCJ E EM PLENÁRIO EM OITO HORAS

A operação que resultou no relaxamento da prisão em flagrante do deputado José Edmar (PMDB) começou a ser arquitetada ainda em julho. A primeira tentativa para liberá-lo da Polícia Federal foi definida numa reunião reservada no Palácio do Buriti, que juntou distritais governistas e integrantes do alto escalão do governo local. A prisão do peemedebista - acusado de grilagem de terras - acendeu a luz vermelha no GDF. E, às vésperas do julgamento do processo de cassação dos mandatos de Joaquim Roriz e Maria Abadia, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), refletiu negativamente no governo.

Detido durante o recesso parlamentar, Edmar articulou da prisão, junto a deputados governistas, a convocação extraordinária da Câmara Legislativa para relaxar o flagrante. Porém, os seus colegas não conseguiram reunir em Brasília os 13 deputados necessários para forçar a votação em plenário. O então presidente em exercício, Paulo Tadeu (PT), que ocupa o cargo de primeiro-secretário da Mesa Diretora, decidiu não convocar a Casa para sessão extra. A medida foi apoiada pelos deputados de oposição, que sempre defenderam a manutenção da prisão do governista.

Com o fim do recesso parlamentar, em agosto, os distritais da base governista colocaram em prática nova operação de resgate. O trabalho incluiu o enquadramento do chamado G-5, grupo de deputados formado por Eliana Pedrosa (sem partido), Izalci Lucas (PFL), Junior Brunelli (PP), Roney Nemer (sem partido) e Fábio Barcellos (sem partido), que se intitulam "independentes". Para aprovar o projeto de resolução, que relaxaria a prisão em flagrante de Edmar, eram necessários 13 votos favoráveis em plenário.

O trator dos governistas foi definido em nova reunião no Buriti, em 06 de agosto. Na mesma noite, com todos os votos favoráveis contabilizados, Brunelli, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi obrigado a convocar reunião extraordinária da comissão para votar, no dia seguinte, parecer sobre o relaxamento do flagrante. Porém, os distritais Chico Vigilante (PT) e Chico Leite (PCdoB), titulares da CCJ, só tomaram conhecimento da reunião pelo Diário da Câmara. O aviso só chegou aos gabinetes uma hora e quinze minutos antes do início da reunião.

Com a viagem ausência de Brunelli, coube à líder do



Vigão (de óculos à dir.) deu parecer favorável ao relaxamento da prisão na CCJ

governo, Eurides Brito (PMDB), vice-presidente da Comissão, assumir o comando da reunião. Wigberto Tartuce (PP), um dos mais fervorosos defensores do deputado preso, ocupou a vaga de seu colega de partido. Escolhido relator, Vigão trouxe, porém, parecer pronto favorável ao relaxamento do flagrante, antes mesmo do início da sessão e de ser escolhido relator do caso. O parecer, que transformou-se em projeto de resolução (PR), foi aprovado por três votos favoráveis de Eurides, Vigão e Rôney.

Na mesma tarde, o PR seguiu para votação em plenário, onde foi aprovado pelos 14 governistas. Apenas os oito distritais de oposição rejeitaram o relaxamento da prisão de Edmar.

Para a Bancada do PT e os distritais do PSS, PSB e PCdoB, a reunião da CCJ e a votação em plenário feriu o Regimento Interno da Câmara e à Constituição Federal. Nesse sentido, o bloco de oposição moveu mandado de segurança para anular o relaxamento do flagrante.

Os deputados de oposição defendem a manutenção da prisão de José Edmar, por entender que a imunidade parlamentar não deve ser usada para proteger deputado acusado de crime comum. Além disso, os distritais dos partidos de esquerda sempre acreditaram no trabalho da Força-Tarefa Federal que investiga a fundo o crime de grilagem de terras no Distrito Federal.

**Publicação dos partidos de oposição na Câmara Legislativa do DF**

**Coordenação:** Gabinete da Liderança do PT

**Edição:** Marcello Xavier, Sheila Messerschmidt e Tarciano Ricarto

**Textos:** Afonso Costa, Ana Luiza Costa, José Humberto Fagundes, Fernando Frajola, Marcello Xavier, Romário Schettino, Sheila Messerschmidt, Socorro Ramalho e Tarciano Ricarto

**Fotos:** Arquivo da Câmara Legislativa do DF e arquivos pessoais

**Projeto Gráfico e diagramação:** Wellington Braga

# TSE julgará ações de cassação dos mandatos de Roriz e Abadia

O governador do DF, Joaquim Roriz (PMDB), e sua vice, Maria de Lourdes Abadia (PSDB), enfrentam na Justiça Eleitoral três processos que pedem a cassação de seus mandatos. Pesam contra eles denúncias de abusos de poder econômico e político durante a campanha de 2002. Roriz e Abadia respondem a acusações sobre o uso ilegal de bens e meios de comunicação do governo; carros oficiais e servidores públicos; desvirtuamento de publicidade institucional; distribuição de cestas básicas; promessa de doação de lotes e transporte irregular de eleitores. Uma dessas ações, de autoria do Ministério Público Eleitoral (MPE), está concluída e pronta para ser julgada a qualquer momento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As denúncias que pairam sobre os ocupantes do Palácio do Buriti incluem suposto envolvimento no parcelamento irregular do solo urbano. Três inquéritos criminais no Superior Tribunal de Justiça (STJ) apuram crimes de grilagem de terra, descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e liberação de dinheiro público para as empresas Adler e Linknet. O Ministério Público investiga também a suspeita de lavagem de dinheiro feita por meio de um doleiro, que descontava, nas agências do BRB, os cheques da Adler e da Linknet.

A Linknet alugou 55 veículos para o Instituto Candango de Solidariedade (ICS), que recebeu do governo, em apenas quatro anos, mais de R\$ 700 milhões dos cofres do

GDF. O ICS é uma entidade social "controlada" pelo governo para contratar pessoal sem concurso público e empresas sem licitação, em desacordo com a legislação.

Uma Força-Tarefa federal constatou problemas na administração de verbas públicas nas áreas de saúde e educação do DF. Técnicos do Ministério da Educação elaboraram um relatório que apontou irregularidades no programa de merenda escolar local. Segundo o MEC, houve um desvio de R\$ 576 mil do programa. A Secretaria de Educação também foi denunciada por repassar R\$ 7,4 milhões, sem o devido processo licitatório, para uma empresa de turismo.

O grupo-tarefa, formado pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério Público, encontrou indícios de que recursos destinados ao programa local de saúde familiar foram desviados para as empresas Adler e Linknet. A Secretária de Saúde repassou, sem licitação, R\$ 53 milhões do fundo de saúde para a Sanoli, que atua no ramo de alimentação industrial.

Roriz ainda é acusado de valer-se ilegalmente do cargo. Quatro representações do MPF apontam que o governador distribuiu alimentos com recur-

sos públicos e utilizou notas fiscais falsas para tentar legalizar o ato, além da entrega de cópias (simuladas) de cheques de R\$ 100, que os eleitores acreditaram poder descontar. Roriz é apontado também de distribuir lotes de forma irregular - num prejuízo ao DF estimado em R\$ 56,9 milhões.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO  
INVESTIGA O INSTITUTO  
CANDANGO DE  
SOLIDARIEDADE (ICS)  
QUE RECEBEU MAIS DE R\$  
700 MILHÕES DOS  
COFRES DO GDF NOS  
ÚLTIMOS QUATRO ANOS**

## Governistas não querem CPI da grilagem

O governador Joaquim Roriz e a bancada governista na Câmara Legislativa não têm interesse em apurar a grilagem de terras no Distrito Federal. Os distritais controlados pelo Palácio do Buriti mandaram para debaixo do tapete todas as denúncias que chegaram ao Legislativo sobre parcelamento ilegal do solo. E emperram a tramitação de pedidos de CPI feitos pela oposição para investigá-las.

A bancada de oposição apresentou três requerimentos de instalação de CPIs, no primeiro semestre, para apurar a fundo as denúncias de grilagem de terras no DF. No retorno dos trabalhos legislativos, em agosto, os oito deputados de partidos de esquerda apresentaram mais um pedido. Eles querem apurar o envolvimento de integrantes do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário com parcelamentos ilegais nos últimos 10 anos. Os outros dois requerimentos de CPI já foram rejeitados pelos 16 governistas em plenário.

Enquanto a sociedade cobra uma investigação profunda e para que autoridades respondam por crimes comuns, o governo Roriz e a bancada governista insistem em fazer de conta que as denúncias não existem. Eles ignoram, por exemplo, os diálogos - gravados pela Polícia Federal, com autorização da Justiça - que envolvem em crimes de grilagem os distritais Pedro Passos (PTB), Gim Argelo e Odilon Aires (ambos do PMDB), o desembargador do Tribunal de Justiça do DF José Wellington Medeiros de Araújo e o governador Roriz, além de conhecidos suspeitos por envolvimento em grilagem, como Salomão Szervinsk, Vinício Jadiske Tasso e os irmãos Passos.

**CONHEÇA OS DEPUTADOS QUE VOTARAM CONTRA O RELAXAMENTO DA PRISÃO DE JOSÉ EDMAR**



“A prisão de José Edmar é a ponta do iceberg do crime organizado no DF, que possui vínculos com todos os poderes. Não é à toa que a decisão da Câmara Legislativa em relaxar a prisão dele foi uma operação comandada pelo Buriti. Deputados foram “enquadrados” para fazer o jogo sujo de acusações à oposição. Nós temos uma história de lutas.”

**ARLETE SAMPAIO**

dep.arlete.sampaio@cl.df.gov.br  
348-8160

**PT**



“É preciso cortar na própria carne. É a única forma da Câmara Legislativa sair fortalecida. Foi o que aconteceu no Congresso, onde parlamentares que cometeram crimes comuns foram punidos. O Judiciário e o Tribunal de Contas da União seguem no mesmo caminho ao processar integrantes seus. A sociedade exige transparência e honestidade.”

**AUGUSTO CARVALHO**

augusto@augustocarvalho.com  
348-8030

**PPS**



“É lamentável que um deputado distrital eleito com o voto do povo apareça envolvido em denúncias tão graves. A prisão de José Edmar, inédita na história desta Câmara Legislativa, macula a imagem do Legislativo local perante toda a sociedade e acaba encobrindo as coisas boas que são produzidas na Casa.”

**CHICO FLORESTA**

dep.chico.floresta@cl.df.gov.br  
348-8120

**PT**



“Nosso mandato defende uma postura ética na Câmara Legislativa, inclusive com propostas para acabar com a imunidade e o voto secreto. Não podemos concordar com aqueles que estimulam a ilegalidade. Vivemos um momento importante na vida do país. As investigações sobre a grilagem de terras merecem nosso apoio.”

**CHICO LEITE**

dep.chico.leite@cl.df.gov.br  
348-8060

**PC do B**

4



“Ninguém está acima da lei porque é deputado. Se fosse assim, era só comprar um mandato para ganhar um passaporte para impunidade. José Edmar foi preso porque cometeu um crime comum. Ao relaxar a sua prisão, a Câmara Legislativa se colocou acima das investigações e da Justiça. Foi o episódio mais vergonhoso da história dessa Casa.”

**CHICO VIGILANTE**

deputado@chicovigilante.com.br  
348-8112

**PT**



A bancada governista abriu mão de resgatar a ética e a moralidade da Câmara Legislativa, ao relaxar a prisão em flagrante de José Edmar. Orquestrada por Roriz, essa é mais uma agressão à população de Brasília, causada de tanta corrupção. Exigimos a punição dos criminosos e confiamos que o TSE cassará o atual ocupante do Buriti.”

**ÉRIKA KOKAY**

dep.erika.kokay@cl.df.gov.br  
348-8090

**PT**



“Os deputados distritais envolvidos com grilagem de terras no DF não terão descanso no que depender dos parlamentares que compõem a bancada de oposição na Câmara Legislativa. Não vamos desistir do combate ao crime organizado que está corroendo a imagem do Poder Legislativo e destruindo a qualidade de vida no Distrito Federal”.

**PAULO TADEU**

paulotadeu@paulotadeu.com.br  
348-8020

**PT**



“É inadmissível que Brasília continue à mercê dos desmandos de políticos que só visam benefícios próprios. Por isso, nos unimos para fazer a diferença nas votações de interesse da comunidade. E, mesmo com dificuldades, vamos conseguir furar o bloqueio governista que defende a grilagem de terras e a degradação de Brasília.”

**PENIEL PACHECO**

dep.penielpacheco@cl.df.gov.br  
348-8170

**PSB**